



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete da Procuradora Sara Meinberg

PORTARIA Nº 01/2018/GABSM

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO

PREPARATÓRIO

O Ministério Público de Contas, por intermédio do seu membro signatário, no uso de suas atribuições legais,

considerando as competências atribuídas ao Ministério Público pelo art. 26, I, da Lei federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, bem como o disposto na Lei Complementar estadual nº 34, de 12 de setembro de 1994, e na Lei Complementar estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008;

considerando a publicação da Lei estadual nº 22.828, de 03 de janeiro de 2018, que autorizou a transformação da Empresa Pública Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG – em Sociedade de Economia Mista – Sociedade Anônima de companhia aberta, com autorização para que se realize a alienação de ações da empresa, mantido em poder do Estado o mínimo de 51% das ações com direito a voto;

considerando a apresentação de emenda do Governador do Estado de Minas Gerais ao Projeto de Lei nº 4.826, de 2017, de autoria do Governador, que trata do programa de descentralização da execução de serviços para as entidades do terceiro setor, que, por sua vez, está anexado ao Projeto de Lei nº 2.728, de 2015, de autoria do Deputado Antônio Jorge, o qual determina critérios para que entidades sem fins lucrativos possam ser consideradas organizações sociais de saúde – OSS;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete da Procuradora Sara Meinberg

considerando que a mencionada emenda propõe alterar o art. 1º da Lei estadual nº 22.828, de 2018, no sentido de autorizar operações de cisão total ou parcial, fusão e incorporação da CODEMIG, observada a legislação federal, bem como adotar outras medidas necessárias à consecução de seus objetivos;

considerando a notícia da existência de possíveis irregularidades ocorridas na alteração da estrutura societária da CODEMIG, bem como da sua cisão e da criação da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMG;

considerando a notícia no sentido de que a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG – já teria registrado os referidos atos, em suposta desconformidade com o ordenamento jurídico;

considerando a relevância do tema e a necessidade de complementação da instrução do procedimento, para a investigação dos fatos narrados;

resolve instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO para apurar elementos a fim de identificar as supostas irregularidades mencionadas, bem como apurar os respectivos responsáveis.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte, 02 de março de 2018.

Sara Meinberg

Procuradora do Ministério Público de Contas